

59º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Cinco casos positivos da Covid-19 forçam interrupção das sessões do julgamento até 06 de Janeiro de 2022

- O juiz Efigénio Baptista decidiu ontem interromper as sessões do julgamento do caso das "dívidas ocultas" para permitir a observância da quarentena obrigatória de 14 dias devido ao registo de casos positivos da Covid-19 na tenda montada no Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança (B.O).



Juiz Efigénio Baptista fazendo o teste de Covid-19

São ao todo cinco (5) casos positivos da Covid-19 diagnosticados em dois advogados, um jornalista, um assistente de produção de televisão e um motorista. Dos cinco casos, quatro foram detectados ontem durante os testes rápidos a que foram submetidos todas as pessoas que participam das sessões do julgamento do maior escândalo financeiro de Moçambique.

O período de quarentena termina no dia 27 de Dezembro, mas o juiz decidiu fixar 6 de Janeiro como a data para a retoma das sessões do julgamento do escândalo das dívidas ocultas. Trata-se, na verdade, de uma decisão que satisfaz o requerimento do assistente do julgamento, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), solicitando um descanso por ocasião da quadra festiva do Natal e do fim do ano.

A OAM sugeriu ao tribunal que todas as pessoas que se fazem presentes na tenda montada na B.O fossem submetidas a testes da Covid-19 antes da retoma das sessões do julgamento, no dia 6 de Janeiro. Mas o juiz Efigénio Baptista descartou a sugestão justificando que o tribunal não deve despende tempo procurando infectados com a Covid-19. Na defesa da sua posição, o juiz avançou que a solução para evitar a propagação do vírus da Covid-19 passa por cumprir as medidas de prevenção.

Devido ao surto da Covid-19 na tenda da B.O, o tribunal deverá actualizar o calendário das audições dos declarantes. Por exemplo, para ontem estava prevista a audição do declarante Nuno Mucavel, cujos factos sobre os quais seria interrogado têm ligação o réu Ar-



Local onde decorre o julgamento do caso das dívidas ocultas

Créditos: O País

mando Ndambi Guebuza. O segundo declarante que seria ouvido ontem é Filipe Januário, da Inspeção do Pescado.

As audições mais esperadas são do advogado Alexandre Chivale, do antigo Ministro do Interior, Alberto Mondlane, do antigo Ministro das Pescas, Victor Borges, do actual Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, e do antigo Presidente da República, Armando Guebuza.

Com base no trabalho já feito, o juiz Efigénio Baptista previu que as sessões de julga-

mento poderão se prolongar, no máximo, até finais de Fevereiro de 2022, uma vez que grande parte das audições já foi realizada. O juiz prometeu que depois da audição dos declarantes irá novamente conceder a palavra aos réus, sendo que o primeiro deverá ser António Carlos do Rosário, antigo Director da Inteligência Económica do SISR, seguido de Gregório Leão, antigo Director do SISE, e o último será Elias Moiane. Antes, será repetida a audição do réu Zulficar Ahmed, a pedido do seu advogado.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

--	--